

Uma experiência “brutalista” nos Trópicos: o bairro Prenda (Luanda, década de 1960)

Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia CET, Rua dos Douradores, 29, 2º, 1100-203, Lisboa, Portugal,
avmilheiro2@gmail.com

Filipa Raquel Alves Fiúza

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Rua do Cabo, 25, cv-dta, 1250-053, Lisboa, Portugal,
filipa.fiuza.arq@gmail.com

RESUMO

No final dos anos sessenta, Luanda, capital de Angola, tem 224.540 habitantes, resultado de um extraordinário crescimento demográfico que começou duas décadas antes, com novas ondas de imigrantes europeus. Este é o resultado mais visível das políticas migratórias do Estado Novo que, após a Segunda Guerra mundial e com o fortalecimento das reivindicações independentistas, incentivam a fixação de uma população "branca", principalmente de classe média. A cidade carece, então, de uma estratégia de crescimento que permita acomodar estes novos habitantes. Neste contexto, começam a ser montados esquemas de planeamento que procuram, por um lado, resolver o problema destes habitantes recém-chegados de Portugal continental e, por outro, o dos habitantes locais, principalmente os africanos que se instalam na periferia em bairros improvisados ou informais - os musseques.

A unidade de habitação nº 1 do bairro Prenda (1963-65), concebida por uma equipa chefiada pelo arquitecto e urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho, surge neste enquadramento como um modelo de crescimento para novas áreas de expansão da cidade. O Prenda procura solucionar duas questões: a cidade "branca" de classe média e a cidade "negra" de uma classe mais desfavorecida. Simões de Carvalho – natural de Luanda – sabendo de antemão as dificuldades em propor um bairro completamente multi-racial, vai sugerir uma abordagem diferenciada, construindo blocos e torres residenciais para uma população colonial "civilizada" e um segundo nível de habitação, unifamiliar, pensada preferencialmente para a população pobre que já habita aquela área. Da conjugação destes dois níveis socio-económicos sairia, na visão do arquitecto, uma cidade racialmente mais integrada. Esta experiência excepcional no quadro colonial português acabaria por não ter continuidade após a independência.

É de salientar, nesta intervenção, a elevada qualidade do seu desenho urbano e arquitectónico, concebido por um antigo colaborador de Le Corbusier, com uma vasta experiência em arquitectura tropical. Em 1956, Simões de Carvalho começa a colaborar no estúdio de André Wogenscky, sendo contratado para trabalhar especificamente na Unidade de Habitação de Berlim. Permanece até 1959, o que lhe permite participar em projectos relevantes do escritório, caso do Mosteiro de La Tourette ou do Pavilhão do Brasil na Cidade Universitária de Paris. O domínio apurado da linguagem moderna – principalmente daquela que ostenta uma marca *béton brut*, claramente apreendida na convivência com Wogenscky – irá reflectir-se nos projectos do seu "período africano". Paralelamente, Simões de Carvalho estuda urbanismo no prestigiado Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, na Sorbonne, onde sobressai a personalidade de Robert Auzelle, cujos princípios ministrados contrários à tábua rasa da Carta de Atenas e a importância dada à contextualização dos factores socio-económicos e demográficos, numa visão integrada e técnica, terão grande influência no seu trabalho quando regressa a Luanda em 1959. Este percurso profissional é relevante para se compreender a inovação que Simões de Carvalho traz como chefe do recém criado Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda (1961), onde monta uma equipa de arquitectos, engenheiros, topógrafos, artistas, etc., reunindo a inteligência arquitectónica da cidade e desafiando-a a reflectir sobre o seu futuro. Este Gabinete propõe então a divisão de Luanda em bairros compostos por três

a quatro Unidades de Vizinhança, cada uma com cerca de 5.000 a 10.000 habitantes. Cada bairro é traçado após detalhados inquéritos às populações e inventariação de equipamentos.

Este paper pretende analisar o Prenda inserindo-o na corrente arquitectónica brutalista – buscando influências estéticas e teóricas –, bem como a sua génese histórica – onde a questão racial é o ponto de partida para uma solução integrada. Junto da população actual de Luanda, o Prenda continua a funcionar como um modelo urbano e arquitectónico desejado para a cidade do futuro, facto que justifica que continue a ser estudado e analisado, alertando para a sua necessária conservação.

Palavras-chave: Brutalismo; Angola; Bairro Prenda

ABSTRACT

At the end of the 1960s, Luanda, Angola's capital, has 224.540 inhabitants, a result of an extraordinary demographic growth that started two decades before, with new waves of European immigrants. This is the more visible result of the Estado Novo's migratory politics that, after the Second World War and with the strengthening of the independentist demands, encourage the settling of a "white" population, mainly middle-class. At that time, the city is in need of a growth strategy that allows for the accommodation of these new inhabitants. In this context, planning schemes begin to be assembled seeking, on the one hand, to solve the newcomers issue, and on the other, the residents issue, mainly the Africans who are installed in the periphery in informal or improvised neighborhoods – the *musseques*.

The Prenda Neighborhood Unit No. 1 (1963-65), conceived by a team led by the architect and urban planner Fernão Lopes Simões de Carvalho, arises in this framework as a growth model to the new expansion areas of the city. The Prenda seeks to solve two questions: the middle-class "white" city and the underprivileged "black" city. Simões de Carvalho – born in Luanda – knowing in advance the difficulties of proposing a completely multi-racial neighborhood, suggests a differentiated approach, building residential slab blocks and towers to a colonial "civilized" population and a second housing proposal – single-family houses –, designed for the poor population that already inhabits the area. Through the combination of these two socio-economic levels, in the architect's vision, the city would become more racially integrated. This exceptional experience in the Portuguese colonial context would eventually not be continued after the independence.

It is noteworthy, in this intervention, the high quality of its urban and architectural design, planned by a former employee of Le Corbusier, with a wide experience on tropical architecture. In 1956, Simões de Carvalho starts his collaboration in André Wogenscky studio, being hired to work in the Berlin's Residential Unit. Remaining there until 1959, he participated in some of the office's most relevant projects, such as La Tourette Monastery or the Brazil's Pavilion at the Paris' University City. The ascertained mastery of the modern language, mostly that which displays a *béton brut* mark, clearly apprehended with Wogenscky, would be present in the projects of his "African period". Simultaneously, Carvalho studies urban planning in the prestigious Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, at Sorbonne, where it stands out the presence of Robert Auzelle, whose taught principles – contrary to the *tabula rasa* of the Athens Charter and the importance given to the contextualization of socio-economic and demographic factors, in an integrated and

technical vision – would have a great influence in Simões de Carvalho work when he returns to Luanda in 1959. This career path is relevant to understand the innovation that he brings as chief of the newly created Urbanization Office of Luanda City Council (1961), where he assembles a team of architects, engineers, topographers, artists, etc., gathering the architectonic intelligentsia of the city and challenging them to ponder about its future. This office then proposes the division of Luanda in districts composed by three to four Neighbourhood Units, each one with about 5.000 to 10.000 inhabitants. Each neighbourhood is designed following detailed inquiries to the population and inventorying of urban facilities. This paper intends to analyse the Prenda Neighbourhood, inserting it in its brutalist architectonic trend – searching for aesthetic and theoretical influences –, as well as examining its historical genesis – where the racial question is the starting point for an integrated solution. Among the current population of Luanda, the Prenda still works as a desired urban and architectonic model for the future city, a fact that justifies that it continues to be studied and analysed, alerting for its necessary conservation.

Keywords: Brutalism; Angola; Prenda Neighbourhood

Uma experiência “brutalista” nos Trópicos: o bairro Prenda (Luanda, década de 1960)

Introdução

O objectivo deste artigo é a análise do empreendimento urbano do Bairro Prenda, em particular a sua Unidade de Vizinhança n.º 1 (1963-65), tendo em conta quer as circunstâncias locais quer o contexto internacional que animava os círculos arquitectónicos nas décadas que se seguiram ao fim da segunda guerra mundial (1939-45). Seguindo a hipótese colocada por Ruth Zein, propõe-se enquadrar esta obra de Fernão Lopes Simões de Carvalho (Luanda, 1929) na vaga de arquitectura brutalista que, tendo surgido através de exemplos pontuais na «*segunda metade da década de 1950 (...) simultaneamente em diversos países e continentes*», se altera «*radicalmente, qualitativa e quantitativamente, a partir dos anos 1960, em prol de uma rapidíssima expansão da tendência*» (Zein, 2007).

Apesar da confusão relativa ao termo empregue em relação ao movimento britânico do Novo-Brutalismo - centrado no casal Alison Smithson (1928-93) e Peter Smithson (1923-2003) e impulsionado por Reyner Banham (1922-88) - e o uso corrente da designação de brutalismo como referindo-se essencialmente às características estéticas e volumétricas dos edifícios, parece ser consensual o ponto de partida de qualquer tentativa de sistematização desta produção: Le Corbusier (1887-1965) e a Unidade de Habitação em Marselha (1947-52). De facto, o mestre franco-suíço é praticamente o único dos "velhos mestres" indiscutivelmente admirado pelos "*angry young men*" da arquitectura inglesa (Banham, 1966: 13) - assim como um pouco por todo o mundo, da América do Sul a África -, constituindo portanto o elo de ligação entre o Movimento Moderno e o Brutalismo. Le Corbusier já tinha vindo a efectuar a sua revisão pessoal da arquitectura moderna desde os anos 1930, procurando na arquitectura regional mediterrânica a ligação à cultura local e a síntese entre modernidade e tradição, alcançando em Marselha a definição proposta em *Vers une architecture* (1923) que Banham iria aproveitar no seu artigo "The New Brutalism": «*A arquitectura é, através dos materiais em bruto, o estabelecer de relações emotivas*» (Le Corbusier *in* Banham, 1955: p. 354-361).

Um dos aspectos mais relevantes em tratar o tema das conexões brutalistas - sugeridas por Banham e recuperadas por Zein - trata-se do carácter global deste estilo enquanto conjunto que partilha pelo menos certas «*manifestações extrínsecas*» (Zein, 2007). O próprio Banham divulga, para além dos momentos inaugurais do brutalismo nos países centrais do ocidente (Reino Unido, França e Estados-Unidos da América), outros exemplos vindos de países europeus (Alemanha, Holanda, Itália, Suíça, Noruega e Suécia) e extraeuropeus, embora em reduzido número (Argélia, Chile e Japão). Ruth Zein aponta o desconhecimento do crítico inglês como a razão para a não-inclusão de exemplos brutalistas brasileiros e mexicanos ou, acrescentamos, subsarianos.

Com efeito, apesar das publicações de historiadores como Udo Kultermann (1927-2013) - autor de *New Architecture in Africa* (1963) e de *New Directions in African Architecture* (1969) -, o património africano moderno e, ainda mais, o resultante da revisão daquele movimento nos anos em estudo, permanece muitas vezes desconhecido pela historiografia e menosprezado pelos actores políticos responsáveis pela sua conservação e valorização. Este caso extremamente notório na África Subsariana e, designadamente, em Angola (Prado, 2011; Milheiro, 2012¹). Para tal contribui também a quase inexistência de menções à arquitectura africana nos principais guias de arquitectura moderna, demasiado centrados na América do Norte e, particularmente, na Europa. Quanto ao brutalismo em África, exceptuando casos pontuais, é ignorado. O que permanece uma questão quase inexplicável, uma vez que o brutalismo parece ter florescido de forma mais evidente e em maior número nos contextos extraeuropeus.

No caso da então chamada "África portuguesa", a década de 1950 ficou marcada pelo sucesso da adaptação da nova arquitectura ao clima através do "moderno tropical", resultado de investigações científicas e ministrado em cursos como os da Architectural Association em Londres, ministrado por especialistas internacionais em arquitectura tropical como Maxwell Fry, Jane Drew e Otto Koenigsberger, e assistido por profissionais de todo o mundo, incluindo portugueses. O contexto social, económico e geográfico deste tipo de territórios parece corporizar o "*habitat* natural" para os valores materiais e plásticos do brutalismo, muito mais do que no contexto europeu. As então províncias ultramarinas portuguesas encontravam-se em plena expansão económica, acompanhada por uma urgente necessidade habitacional que se podia desenvolver num território virtualmente livre de condicionamentos, onde se poderia praticar "*une architecture autre*" (Banham, 1966: p. 68). A própria localização periférica em relação à Metrópole (Lisboa) irá possibilitar uma crescente autonomia dos territórios africanos, que se convertem em autênticos campos de experimentação (Milheiro, 2012: 155). No entanto, e como veremos mais à frente, a opção brutalista não surge desligada da realidade, por vezes acrescentando dados à simples ética - sempre presente - «*da economia favorecendo a exibição estrutural*» (Zein, 2007). Gradualmente, tal como na Europa, são considerados os sistemas construtivos tradicionais locais, embora essa opção seja largamente considerada inviável (Milheiro, 2012: 65).

Assim, o estudo do Bairro Prenda insere-se quer no esforço de sistematização e divulgação do património moderno nos países de língua portuguesa, quer no mapear dos edifícios e conjuntos brutalistas no continente africano, em risco de desaparecer, não apenas devido a condições económicas adversas, mas também à preferência por modelos recém-importados com pouca ou nenhuma relação com o meio.

Fernão Lopes Simões de Carvalho - Percurso Profissional

Como vimos, Le Corbusier é claramente a figura de referência para o surgimento do brutalismo e para a sua expansão nas suas diversas vertentes. Simões de Carvalho esteve então numa posição privilegiada para absorver os desenvolvimentos na arquitectura do mestre franco-suíço. Após terminar a sua formação académica na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1955), onde se destacava a figura do mestre Cristino da Silva (1896-1976), à época um crítico do Movimento Moderno, Simões de Carvalho tirocina no Gabinete de Urbanização do Ultramar entre 1955 e 1956, um organismo estatal, pertencente ao Ministério do Ultramar e centralizado em Lisboa, que produzia projectos de equipamentos públicos para todas as províncias ultramarinas. Neste gabinete, Simões de Carvalho toma contacto com os arquitectos João Aguiar e Lucínio Cruz, figuras centrais na definição da cultura arquitectónica e urbanística do GUU (Milheiro, 2009).

Após esta breve estadia em Lisboa como estagiário, o arquitecto luandense ruma a Paris com o objectivo de colmatar as lacunas que sente em relação ao processo de execução arquitectónica, procurando ingressar no atelier de Le Corbusier. No entanto, uma vez que, neste período, o mestre se encontrava na Índia ocupado com o plano de Chandigarh (1951-1965), Simões de Carvalho tentou a sorte com André Wogenscky (1916-2004), arquitecto responsável pelos projectos de execução realizados por Le Corbusier. Aqui é aceite devido à então recente encomenda da Unidade de Berlim (1957). Nos quatro anos e meio que permaneceu no atelier acompanhou diversas obras entre as quais o Mosteiro de La Tourette (1959) e a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris (1954-1959) - com «*anteprojecto concebido no final de 1952, ou início de 1953, por Lucio Costa*» (Puppi, 2008: 161) do qual será *Architecte de Chantier* - e apreendeu o sistema Modulor, que doravante irá utilizar nos seus próprios projectos, considerando que este era «*um grande auxiliar, sobretudo para a transmissão dos croquis para o desenhador*» (Carvalho *in* Prado, 2011: 236).

Simultaneamente, estuda Urbanismo no prestigiado Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, na Sorbonne, através de uma bolsa concedida pelo governo francês. Para Simões de Carvalho o urbanismo deve ser considerado uma «*ciência política, económica e social*» (Carvalho *in* Prado, 2011: 232), pensamento provavelmente influenciado pela figura de Robert Auzelle (1913-1983), que pontificava à época neste instituto. O urbanismo de Auzelle recusava a tábua rasa da Carta de Atenas (1933), mas aplicava os seus conceitos de cidade funcional com a separação das actividades - habitação, trabalho, lazer e circulação -, com implicações ao nível da rede viária. A inovação na abordagem de Auzelle à cidade é a adopção de um método analítico mais próximo das ciências sociais, contextualizando os factores socio-económicos e demográficos, numa visão integrada e técnica. Assim, o papel do urbanista ultrapassa o simples desenho urbano, tornando-se no técnico mais capacitado para liderar equipas multidisciplinares de modo à obtenção de um conhecimento mais abrangente do território onde se intervém.

Estes pressupostos, bem como o seu percurso profissional em geral, terão grande influência no seu trabalho quando regressa a Luanda em 1959. Como já referimos, o exercício da arquitectura nos antigos territórios da "África portuguesa" beneficiava de alguma liberdade conceptual pelo que, neste caso, não será estranho notar que a produção arquitectónica e urbanística de Simões de Carvalho em Angola tem presentes algumas das características que unem os exemplos de arquitectura brutalista.

O arquitecto socorre-se recorrentemente do ideário de Le Corbusier, propondo nos seus projectos "alternativas corbusianas" ou, talvez melhor, "variantes corbusianas", devido à adaptação que efectua para melhor adequar os edifícios às características próprias do clima tropical, sendo que os projectos do seu "período africano" reflectem um domínio apurado da linguagem moderna, principalmente daquela mais representativa de uma tendência *béton brut*, nitidamente adquirida com Wogensky (Milheiro, 2009: 23).

Um dos exemplos mais próximos do universo brutalista divulgado por Reyner Banham no seu livro de 1966 serão as moradias na Quilunda (1960-1963), que esteticamente revisitam as abóbadas presentes em diversos projectos corbusianos, como as Maisons Jaoul (Neuilly, Paris, 1956), um dos mais importantes ícones do brutalismo inicial. As seis habitações em banda construídas na zona rural da Quilunda, junto da Barragem da Quiminha, para população indígena, demonstram a facilidade na manipulação de elementos presentes em projectos considerados brutalistas. Desde as referências a Le Corbusier à utilização do tijolo, material de baixo custo e fácil obtenção, o arquitecto procura sempre que a arquitectura seja influenciada «*pela topografia, pelo terreno, pela exposição solar, pelas vistas e pelos hábitos da população e pelo modo de construir e materiais existentes no sítio*» (Milheiro, coord., 2009: 69). O empreendimento é projectado sobretudo de acordo com princípios de higiene e salubridade. Com essa intenção em mente, procurou a orientação solar e a ventilação adequadas. No interior as paredes não sobem até ao tecto para permitir a ventilação transversal das habitações, e são utilizados tectos abobadados para facilitar a circulação do ar. Tal como o casal Smithson «*via a arquitectura como o resultado directo de um modo de vida*», estando nesta frase subjacente a dimensão ética do movimento (Banham, 1966: 47), Simões de Carvalho defende que «*o meio, o momento, os materiais e a população é que influenciam de facto a componente estética*» da arquitectura (Milheiro, coord., 2009: 69).

No projecto do Bairro dos Pescadores (com José Pinto da Cunha, 1963-66), que consistia na construção de 500 fogos na ilha de Luanda, é notória a preocupação com o *habitat*, ou seja, com «*todo o ambiente construído que abriga o homem e direcciona os seus movimentos*». Este «*é um tema que aproxima muitos edifícios Brutalistas, e aproxima o Brutalismo de outros pensamentos (e acções) progressistas fora do campo da arquitectura*» (Banham, 1966: 130). Após o levantamento do território e a realização de inquéritos aos habitantes por sociólogos, a unidade familiar foi tomada como módulo. Este organizou a distribuição em planta das habitações - composta por uma zona social e privada num dos corpos e a zona de serviços junto ao pátio num

volume independente - e a própria morfologia do bairro, onde o módulo foi repetido com variações de quatro tipologias. Simões cria uma estrutura viária que separa o trânsito motorizado do pedonal (Prado, 2011: 150) e compõe vários espaços de encontro, desde pequenas praças a zonas de equipamento público, sugerindo uma aproximação à arquitectura e urbanismo tradicionais através da combinação de módulos, partilhando do pensamento de Paul Rudolph em relação ao projecto de New Haven na Universidade de Yale (Connecticut, EUA, 1962):

«Deveria parecer-se com uma aldeia, não como habitação colectiva... Apesar de algumas partes serem repetidas, não o parecem. A habitação tradicional tem utilizado unidades de habitação repetidas, mas que não entediam. Nós também devemos repetir mas não entediar. Os espaços entre as unidades são importantes... Pátios e terraços, caminhos e entradas» (Rudolph in Banham, 1966: 130).

O projecto de Simões de Carvalho para o Centro de Radiodifusão de Angola (com José Pinto da Cunha, 1963-67) pode ser considerada a sua mais importante obra desta fase, demonstrando grande mestria no uso do betão aparente. A sua rigorosa concepção técnica foi possível devido a visitas que o arquitecto realizou, na Europa, a diversos equipamentos similares, durante a preparação da sua tese em Londres, defendida em 1957 em Lisboa e avaliada com 19 valores. O edifício de planta rectangular é composto segundo um eixo simétrico, prática usual nos primeiros projectos inseridos no movimento brutalista por Reyner Banham, resolvendo o problema da insolação das fachadas através de um *brise-soleil* vertical e horizontal contínuo.

Também a proximidade com André Wogenscky pode justificar as semelhanças inegáveis entre a habitação unifamiliar própria deste último (Rémy-les-Chèvreuses, 1957) e a de Simões de Carvalho no Bairro Prenda (1966), sobretudo no piso superior projectado que funciona como um *brise-soleil* que, no caso Simões de Carvalho, é em betão aparente. Também o jogo de pequenas aberturas do piso térreo na casa de Wogenscky apresenta-se, em Luanda, no primeiro piso. Salienta-se também a semelhança entre o tipo de vãos utilizados e ainda as gárgulas de betão, exactamente iguais.

Outro projecto relevante de Simões de Carvalho, os blocos de habitação para funcionários dos CTT (com Lobo de Carvalho, Luanda, 1969), enquadram-se no plano de pormenor para a zona do Bairro Rangel, onde se ergue uma das Escolas Técnicas projectadas pelo arquitecto Manolo Potier (1964), a actual Escola Secundária Ngola Mbandi, cuja organização interna denuncia já algumas das orientações das novas gerações que propõem uma linha de continuidade com a herança moderna. Neste plano, os edifícios seguem uma nova implantação em relação aos planos anteriores, incluindo o do Bairro Prenda. Ao invés de se soltarem completamente da rede viária, a disposição e o formato dos edifícios criam uma composição urbana mais aproximada do tipo de urbanismo proposto por alguns membros do Team 10 - como por exemplo o projecto de Toulouse Le Mirail (1961-71), de Georges Candilis (1913-1995), Alexis Josic (1921-2011) e Shadrach Woods (1923-1973) - ou pelo Departamento de Arquitectura da Cidade de Sheffield - no

empreendimento de Park Hill (1961). No projecto de Luanda, numa escala mais pequena e com condicionantes prévias, apenas um dos vários conjuntos de apartamentos em banda foi edificado, sendo construído em betão e tijolo aparentes, com grande destaque para as caixas de escadas que funcionam como rótulas na articulação entre os apartamentos que acompanham o perfil da rua. O conjunto completo pressupunha a criação de espaços de estar através da posição e relação entre volumes, e destes com a envolvente já construída, de modo a aproveitar os equipamentos existentes.

Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda

Segundo o geógrafo Ilídio do Amaral, em *Luanda, Estudo de Geografia Urbana* publicado em 1968, a capital angolana aproxima-se então dos 224 540 habitantes, registando um crescimento demográfico bastante significativo. Esta alteração reflecte-se, naturalmente, nos estudos urbanos que marcam a década de 1960, quando Simões de Carvalho organiza o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal, como se verá, e que intensificam os mecanismos de zonamento numa lógica em continuidade com as propostas anteriores (designadamente de João Aguiar no arranque dos anos de 1950) e com práticas de “sustentabilidade” económica. A referência a uma *Functional City* vem contudo de trás, como prova a proposta de Vasco Vieira da Costa, também antigo estagiário de Le Corbusier em Paris (Milheiro; Nunes, 2008), com que se apresenta na Escola de Belas Artes do Porto ao Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) realizado em 1948 sob o título *Luanda, Plano para a Cidade Satélite nº 3*². Neste trabalho de índole académica, e por isso especulativo, o recurso que propõe a edifícios colectivos de habitação, por exemplo, é então justificado pelo perfil celibatário da maioria da população europeia residente (Costa, [1948], 1984: 57).³ Estes são erguidos sobre pilotis, dispositivo fundamentado igualmente nos estudos do clima (Costa, [1948], 1984: 64). Existem, portanto, visões para Luanda que defendem claramente o ideário moderno e suas decorrências.

A partir de 1961, ano do início da Guerra Colonial no país, o Estado Novo intensifica uma política de ocupação do território de forma a fixar população “branca”, principalmente de classe média. As cada vez mais fortes reivindicações independentistas, surgidas após a Segunda Guerra Mundial, aceleraram todo este processo, criando um problema de falta de alojamento. A resolução passou pelo desenvolvimento de povoações existentes, sendo que foi «*neste período que mais aglomerados ganharam o estatuto de cidades*» (Fonte in Prado, 2011: 82). Para o aumento populacional de Luanda muito contribuiu, por um lado, o êxodo rural nas regiões interiores devido à Guerra Colonial. Por outro lado, também o fascínio que os portugueses tinham pelo continente africano, sobretudo por Angola - sobejamente conhecida pelas suas riquezas naturais -, a revogação do Estatuto do Indigenato e correspondente atribuição de cidadania a todos os habitantes das províncias ultramarinas pelo Ministro Adriano Moreira, bem como a decorrente

facilidade de deslocação entre os vários territórios, foram factores que ajudaram a este surto demográfico.

Nesta época, em Luanda, o musseque aumentou exponencialmente e consolidou-se devido aos residentes de origem europeia, como nos revela Ilídio do Amaral na referida obra de 1968:

«O problema complicou-se ainda mais desde que os "muceques" começaram a ser invadidos por imigrantes brancos e com eles penetrou, com força, o costume da construção clandestina, em transgressão, que já hoje formam bairros extensos, contra os quais a Câmara Municipal tem sido impotente e em muitas vezes obrigada a aceitá-los, modificando os seus projectos em elaboração e estudo» (Amaral, 1968: 118)

Simões de Carvalho regressa a Luanda em 1959 e no ano seguinte submete uma candidatura ao concurso para a criação do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, a qual só foi considerada após intervenção do Ministério do Ultramar na Metrópole. Em 1961, o Gabinete de Urbanização está em pleno funcionamento e é composto por uma equipa multidisciplinar liderada por Simões de Carvalho, constituída por arquitectos (António Campino, Domingos da Silva, Luiz Taquelim da Cruz, Vasco Morais Soares), engenheiros (Manuel Travassos Valdez, João Tavares Guerreiro, Aníbal Fernandes de Figueiredo), um topógrafo (José Paz Olimpo), um artista plástico (o pintor José Pinto), dez desenhadores e um maquetista. O arquitecto confessou mais tarde que só regressou a Luanda porque tinha uma paixão pela cidade e que cursou Urbanismo *«para ver se salvava Luanda, se acabava com a segregação rática e com as segregações sociais que senti[u]»* (Carvalho *in* Prado, 2011: 238).

De facto, desde 1944 até 1959, Simões de Carvalho viajava regularmente a Luanda e observou a situação degradar-se de ano para ano, através do rápido aumento do musseque e conseqüente segregação e separação das populações indígenas e europeias. Em entrevista, considera que *«a história do urbanismo mostra-nos que onde há qualquer tipo de segregação económica, social ou de raça, há sempre desequilíbrios, há sempre revoltas, há sempre crimes. E eu, como natural de Luanda, cada vez que ia lá, sentia-me mal com essa separação»* (Carvalho *in* Prado, 2011: 230). Foi através dos planos que realizou no Gabinete da Câmara Municipal que conseguiu aproximar-se da visão que tinha do urbanismo como motor de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida das populações (Prado, 2011: 242). O início da Guerra Colonial no país (1961) e a vontade de minorar a segregação existente na capital forçaram o arquitecto a uma abordagem muito pragmática, na qual aplica os conhecimentos adquiridos na Sorbonne, recusando os aspectos mais diagramáticos da Carta de Atenas. Inicia o desenho de cerca de 100 planos de pormenor para toda a cidade, antes mesmo de terminar o próprio plano director (Milheiro, 2012: 221).

A Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda (com Luiz Taquelim da Cruz, urbanismo; e com Fernando Augusto Pereira e José Pinto da Cunha, arquitectura; 1963-65) - projecto adjudicado pela Câmara Municipal de Luanda à empresa de construção PRECOL (Predial Económica Ultramarina) - surge neste enquadramento como um modelo de crescimento para novas áreas de

expansão da cidade. Simões de Carvalho tinha a intenção de aplicar em Luanda um modelo assente na divisão em bairros, com uma correcta distribuição dos equipamentos segundo as necessidades da cidade, integrando os assentamentos informais, recorrendo a detalhados inquéritos às populações e promovendo a miscigenação racial e social. Estes objectivos foram apresentados por Carvalho na comunicação "Luanda do Futuro", apresentada no 1.º Colóquio Nacional de Municípios, realizado em 1963:

«Em 1980, os (...) 500.000 habitantes [de Luanda] viverão distribuídos em unidades de vizinhança, bairros de 3 mil habitantes a 10.000 almas, com equipamento próprio - escolas primárias, jardins escolas, creches, centro elementar de saúde, cinema, capela, comércio e artesanato [sic] para as necessidades quotidianas, espaços livres e arborizados, campos de jogos, etc. Isto é, junto dos locais em que se vive a distâncias calculadas, haverá tudo o indispensável ao perfeito e harmónico desenvolvimento da vida (...). Cada uma destas unidades, bairros, células ou sectores, serão lugares em que o "Espaço, o Sol e a Verdura" dominarão, provocando a calma, e ajudando ao equilíbrio psíquico do indivíduo» (Carvalho in Milheiro, 2012: 221).

Não concordando com a simples destruição dos musseques e procurando conhecer a fundo a realidade onde intervém, Simões de Carvalho distancia-se da tábua rasa corbusiana e aproxima-se das tendências internacionais emergentes na época, corporizadas, por exemplo, nos debates promovidos pelos membros do Team 10, e presentes em alguns projectos inovadores como a proposta sem êxito do casal Smithson para Golden Lane (Londres, 1952). Segundo Banham, a radicalidade desta proposta residia na tentativa de projectar *«um ambiente completo para seres humanos, [e] não apenas o fornecimento de um certo número de quartos, salas, cozinhas e assim por diante, envolvidos numa composição arquitectónica aceitável»* (Banham, 1966: 42). O principal elemento arquitectónico "novo" do bloco de Golden Lane - a rua interior, aqui denominada de *street deck* -, pretende ser uma versão melhorada da *rue intérieure* da unidade de Marselha, algo que também irá ser tentado por Simões de Carvalho nos edifícios do Prenda. O próprio Peter Smithson reforça esta ideia de reacção contra o *status-quo* arquitectónico anterior num artigo na *Architectural Design* em 1957:

«Partindo de edifícios individuais, compostos no seu conjunto por técnicas estéticas clássicas, prosseguimos para uma examinação da questão total da dimensão humana e da relação que os edifícios e a comunidade têm com ela. Deste estudo cresceu uma atitude completamente nova e uma estética não-clássica. / Qualquer discussão sobre o Brutalismo falhará o alvo se não levar em conta a sua tentativa em ser objectivo em relação à 'realidade' - aos objectivos culturais da sociedade, às suas vontades, às suas técnicas e assim por diante. O Brutalismo tenta corresponder a uma sociedade de produção em massa, e apresentar uma poesia dura a partir das forças confusas e poderosas que estão operando. / Até agora o Brutalismo tem sido discutido do ponto

de vista estilístico, quando a sua essência é ética» (Peter Smithson, 1957 in Banham, 1966: 66)

Neste sentido, a proposta de Simões de Carvalho mostra-se inovadora quer dentro do quadro das soluções testadas nas províncias ultramarinas, quer no âmbito mais geral das concepções urbanas ensaiadas pelos portugueses. Tal como a *unité* marsehesa, o Bairro Prenda e restantes unidades pretendiam ser uma solução única num contexto particular, ou seja, um habitat ideal para o reordenamento e expansão da cidade de Luanda nos anos 1960, numa perspectiva humana em vez de mecânica, antropológica em vez de funcionalista.

Dentro desta estratégia, o Prenda procura solucionar duas questões: a cidade "branca" de classe média e a cidade "negra" de uma classe mais desfavorecida. Apoiado no conhecimento que tem do território e da situação económica e social, Simões de Carvalho e a sua equipa projectam um empreendimento que tinha como objectivo a miscigenação das populações. Inicialmente foi discutida a regra de 2/3 de habitantes indígenas para 1/3 de população europeia, visto ser essa a proporção que a cidade apresentava à época. No entanto, tal relação foi invertida por se considerar demasiado "fracturante" com a realidade colonial. Os investidores privados, encarregues da construção do Bairro Prenda a partir do plano oficial, também não consideraram viável introduzir uma margem de miscigenação racial favorável à população africana, que podia colocar em perigo a sua comercialização. De qualquer modo, a proposta é então bastante inovadora por sugerir uma abordagem diferenciada, construindo blocos e torres residenciais para uma população colonial "civilizada" e um segundo nível de habitação, unifamiliar, pensada preferencialmente para a população pobre que já habita aquela área. Da conjugação destes dois níveis socio-económicos sairia, na visão do arquitecto, uma cidade racialmente mais integrada.

O plano, ocupando uma área de cerca de 30 hectares, incluía aproximadamente 1150 apartamentos distribuídos por 22 edifícios de habitação colectiva, entre torres e diversos tipos de bandas, ao que se somavam lotes específicos de moradias unifamiliares para uma população com maior poder económico - onde Simões de Carvalho construiu a sua casa própria - e outros para a edificação de casas destinadas à população "nativa", em regime de autoconstrução, de modo a alojar parte dos habitantes do musseque que dava nome ao local. A assimilação da cidade espontânea pela cidade planeada obedece aliás a tendências internacionais - como as defendidas por alguns membros do Team 10 - que os profissionais portugueses vinham já defendendo anteriormente (Oliveira, 1962), incluindo o próprio Simões de Carvalho noutros planos de pormenor para Luanda. Esta opção permitia pender para a referida miscigenação tendo em conta a forma de habitação prévia das populações mais desfavorecidas.

Com o suporte teórico de Robert Auzelle como auxiliador no reconhecimento científico do território e no delinear do programa habitacional, Simões de Carvalho recorre a Le Corbusier para a organização da circulação viária e articulação entre os vários sectores, aplicando o conceito de classificação viária das sete vias - introduzido pelo mestre franco-suíço em 1948 - à cidade e às

várias unidades de vizinhança (Carvalho *in* Prado, 2011: 240). Estas últimas baseavam-se em três princípios básicos: hierarquização, nuclearização e miscigenação (Lima *in* Prado, 2011: 146), reinterpretando a Carta de Atenas e aproximando-se da noção de *cluster* ou, nas palavras de Carvalho, 'unidade', 'bairro', 'célula' ou 'sector'. No Prenda, o plano é delimitado pelas V3, «*vias rápidas reservadas exclusivamente à circulação mecânica e que carecem de passeios e sobre as quais não dá nenhuma porta de casa ou edifício*» (Lima *in* Prado, 2011: 150). Pressupunha-se que o bairro funcionasse como uma entidade autónoma, com todas as funções de uso quotidiano acessíveis a pé. A concentração dos apartamentos nas várias tipologias de habitação colectiva e a construção sobre pilotis permitiam libertar terreno a ser ocupado por estacionamento, praças, espaços verdes e equipamentos públicos, localizados no centro e com acesso directo à rua comercial V4 (Lima *in* Prado, 2011: 148). Seis dos 28 edifícios habitacionais previstos ficam por realizar e nenhum dos equipamentos - mercado, cinema, escolas - chega a ser executado.

O programa residencial distribui-se por torres de 12 pisos (tipo A), com apartamentos T1 equipados com kitchenette, e por pelo menos três diferentes estruturas de blocos em banda de sete andares (tipos B1, D1 e D2), com variações entre T2 e T4. As torres destinavam-se a casais sem filhos ou a solteiros, e as bandas visavam famílias mais numerosas. A disposição das várias tipologias no plano sugere também diferentes tipos de sociabilização: as torres são servidas por estruturas comerciais e de lazer, enquanto que os blocos mais baixos formam entre si "pracetas de convivencialidade".

No geral, os edifícios habitacionais do Prenda obedecem à mesma organização interna, apenas variando no número de divisões por fogo, ou no posicionamento da "rua interior" e da caixa de escadas e elevadores. Os apartamentos são de dois tipos: os que se desenvolvem num só pavimento e com uma única frente e os que se distribuem por meios pisos. Esta última foi uma solução que Simões de Carvalho utilizou para adaptar o edifício aos trópicos, para além dos dispositivos modernos de protecção solar e ventilação, bem como da sua correcta orientação.

«O duplex é uma grande solução para um clima tropical, porque tem duas fachadas e consegue-se ventilar, fazer ventilação transversal. Evita o ar condicionado (...). Mas em vez do duplex, utilizei uma solução intermédia, o semi-duplex, que apliquei nos prédios todos» (Carvalho *in* Prado, 2011: 242).

É significativo verificar que as diversas tipologias equacionadas revelam uma particular atenção dada aos diversos tipos de organização familiar e ao contexto socio-económico onde se propunha intervir. Neste sentido, é claro o paralelismo com outras experiências internacionais do pós-guerra - como no contexto britânico - que também reconhecem a importância da estrutura social na concepção de planos urbanos, promovendo a integração de diversos tipos de família.

Considerações finais

O Bairro Prenda é um produto da sua época e é também nesse sentido que nele podemos encontrar muitas das características brutalistas, em parte coincidentes com muitas das questões debatidas pela comunidade arquitectónica internacional durante os anos 1950 e 1960. Apesar de reportar aos princípios urbanos da *Functional City* mais tarde consagrados na Carta de Atenas (1933), muitas das questões equacionadas pelo Prenda são consistentes com a evolução do Movimento Moderno nos anos do pós-guerra. Algumas opções fazem parte do cânone brutalista - a composição modular interior reflectida na fachada, a intenção de criar uma referência icónica para a cidade através de uma imagem volumétrica clara, e a utilização de uma estética "dura" (apesar do *béton brut* ser mais evidente noutros projectos) -, e outras decorrem da adaptação aos trópicos e à realidade social luandense dos anos 1960 ou da necessidade de criar uma escala humana em geral ausente dos planos urbanos de Le Corbusier. Os edifícios são implantados com distâncias suficientes para garantir um plano térreo livre e uma densidade populacional pouco elevada (220 habitantes por hectare), e os serviços quotidianos seriam assegurados pelos equipamentos de proximidade.

A formação e o percurso profissional de Simões de Carvalho levam-no a olhar o urbanismo como uma ciência e a defender, na arquitectura, que as opções estéticas decorram o mais possível das questões funcionais dos edifícios. Neste sentido, e apesar das relações notórias das obras de Simões de Carvalho com exemplos do panorama arquitectónico global dos anos 1960, o arquitecto e urbanista recusa a subjectividade da estética e reivindica uma opção essencialmente técnica. Estamos novamente perante uma demonstração da evolução do projecto moderno, onde a geração mais nova - e com uma cultura mais cosmopolita em relação aos arquitectos modernos anteriormente fixados nas colónias -, a que Simões de Carvalho pertence, entende a importância das ciências sociais e humanas para o aperfeiçoamento da arquitectura e urbanismo modernos, renovando também a sua componente estética e afastando-se do Estilo Internacional em favor de outras tendências mais "regionalizáveis". A influência dos debates promovidos pelo Team 10 no sentido dos arquitectos se concentrarem mais na realidade do que em questões estilísticas também não deve ser menosprezada.

Após fixar-se em Portugal entre 1966 e 1974 - acompanhando ainda, durante este período, projectos em Angola - Simões de Carvalho parte para o Brasil devido à falta de encomendas decorrente da Revolução do 25 de Abril. Este destino é partilhado por outros arquitectos portugueses coloniais, como José Pinto da Cunha, seu colaborador em muitos projectos africanos⁴, que irá trabalhar no Rio de Janeiro com Francisco Conceição Silva (1922-1982), figura de referência do período de revisão do Movimento Moderno em Portugal - neste país, a opção estética ligada ao *béton brut* mantém-se, como se depreende pela sua casa própria em Queijas (Oeiras, 1970) ou pelo edifício do Ministério da Agricultura no Areeiro (Lisboa, 1980-83). Essa continuidade também se verifica no Brasil, onde Simões de Carvalho integra o escritório de

Horácio Camargo, no Rio de Janeiro, ocupando-se preferencialmente de planos urbanos mas elaborando igualmente numerosos projectos de arquitectura nos quais se destaca também a opção pelo betão aparente. No campo do urbanismo, vence o concurso para o plano integrado de Caji-cidade para apoio do pólo industrial de Camaçari no estado da Bahia (1977-1979), em parceria com Maurício Roberto. Para a empresa Odebrecht realiza o plano da cidade Vilas do Atlântico (1979), a 25 quilómetros de São Salvador, que foi concretizado.

Tal não aconteceu com o Bairro Prenda, nunca terminado na sua totalidade e cujas áreas livres - a ocupar por equipamentos ou espaços verdes - foram "invadidas" pelo musseque luandense. Hoje Luanda tem cerca de 4.8 milhões de habitantes que não chegaram a beneficiar de um programa urbano qualificado como o que Simões de Carvalho tentou promover nos anos 1960. No entanto, o Prenda resiste, sobrelotado, alterado e degradado devido a décadas sem manutenção e sem saneamento básico. Também esta resiliência no tempo é sem dúvida uma marca do seu carácter brutalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, Ilídio do. **Luanda (Estudo de Geografia Urbana)**. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 53, 1968

Banham, Reyner. **The New Brutalism - Ethic or Aesthetic?**. Germany: Reinhold Publishing Corporation New York, 1966

Fiúza, Filipa. **Um Projecto Inglês - a influência da arquitectura anglo-saxónica nas Torres de Alfragide**. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010

Kultermann, Udo. **Nuevos Caminos de la Arquitectura Africana**. Barcelona: Editorial Blume, 1969

Landon, Royston. **Nuevos Caminos de la Arquitectura Inglesa**. Barcelona: Editorial Blume, 1969

Magalhães, Ana; Gonçalves, Inês. **Moderno Tropical - Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1975**. Lisboa: Tinta da China, 2009

Milheiro, Ana Vaz; Nunes, Jorge. **Le Corbusier e os Portugueses**. In *Arq/a*, n.º 59-60, Julho Agosto 2008, p.40-45

Milheiro, Ana Vaz (coord.). **Habitar em Colectivo - arquitectura portuguesa antes do SAAL**. Lisboa: ISCTE/CIAAM, 2009

Milheiro, Ana Vaz. **Simões de Carvalho, o arquitecto de Béton Brut**. In *JA – Jornal Arquitectos*, *Ser Pobre*, n.º 236, Jul./Ago./Set. 2009, p.22-27

Milheiro, Ana Vaz. **Luanda no Futuro: o Bairro Prenda. Luanda in the future: the Prenda district**. In *AA.VV., Falemos de Casas: entre o norte e o sul. Let's talk about Houses: between North and South*. Lisboa: Athena, 2010, p.308-317

Milheiro, Ana Vaz. **Nos Trópicos sem Le Corbusier**. Lisboa: Relógio d'Água, 2012

Prado, Roberto G.; Martí, Paz N. **La Modernidad Ignorada - Arquitectura Moderna de Luanda**. Acalà de Henares: Universidad de Alcalá, 2011

Puppi, Marcello. **Espaços Inacabados: Le Corbusier, Lucio Costa e a Saga da Casa do Brasil, 1953-56**. In *ARQTexto*, n.º 12, 1º semestre 2008, p. 160-203. Disponível em <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_12/07_MP_esp%C3%A7os_300409C.pdf>

Zein, Ruth Verde. **Brutalismo, sobre sua definição (ou , de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado)**. In *Arquitextos*, n.º 84, Maio 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/243>>

¹ A ausência de referências à arquitectura moderna no então território colonial português em África deve-se também ao isolamento internacional a que Portugal é politicamente votado com o crescimento dos movimentos independentistas africanos no início da década de 1960 e que inclusive também estão na origem da Guerra Colonial que afecta os três futuros países continentais em África: Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

² Segundo Vasco Vieira da Costa, a população da nova cidade satélite de Luanda distribui-se em *civilizados* (25000 habitantes, entre europeus e *indígenas civilizados*) e *não civilizados* (15000 habitantes) (Costa, [1948], 1984: 56).

³ Vieira da Costa reserva unidades unifamiliares para casais com filhos.

⁴ A contribuição de Pinto da Cunha na parceria com Simões de Carvalho não se encontra ainda devidamente estudada, mas é plausível que tenha sido significativa no que se refere à opção estética brutalista.